

SOCIABILIDADE EM DESTAQUE: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DO INTERCÂMBIO ANALÍTICO ENTRE FERDINAND TÖNNIES E ÉMILE DURKHEIM

FEATURED SOCIABILITY: A THEORETICAL TEST FROM THE ANALYTICAL
EXCHANGE BETWEEN FERDINAND TÖNNIES AND ÉMILE DURKHEIM

Marcelo Rodrigues LEMOS

Mestrando em Ciências Sociais. UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100 – marcelo.lemos@hotmail.com.

RESUMO: O tema da sociabilidade é destacado nos debates sociológicos em abordagens específicas sobre contextos históricos determinados. Assim, os vínculos sociais podem ser vistos segundo uma multiplicidade de referências. O seguinte artigo versa sobre questões teóricas relativas à sociabilidade, revisitando ideias centrais de Ferdinand Tönnies e Émile Durkheim. Os conceitos de comunidade e sociedade, apresentados por Tönnies, e a problematização durkheimiana acerca da solidariedade, advinda da divisão do trabalho social, são categorias analíticas centrais para este estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Durkheim. Modernidade. Sociabilidade. Sociedade. Tönnies

ABSTRACT: *The theme of sociability is highlighted in sociological debates with specific approaches for specific historical context. Thus, social ties can be seen under a multitude of references. The following article deals with theoretical issues related to sociability, revisiting core ideas of Ferdinand Tönnies and Émile Durkheim. The concepts of community and society, presented by Tönnies and Durkheim ian questioning about the solidarity that came from the division of labor, are central analytical categories to this study.*

KEYWORDS: *Durkheim. Modernity. Social life. Society. Tönnies*

1 O surgimento das ciências sociais e a sociabilidade nos tempos da modernidade

Retomando a história das ciências sociais, especialmente a sociologia e a antropologia, nota-se que derivam de processos históricos ocorridos especialmente entre os séculos XVIII e XIX. O Iluminismo, que fomenta o nascimento da modernidade¹, assim como as Revoluções Industrial e Francesa produzem fenômenos sociais inteiramente novos e mudanças substanciais nas formas de pensamento até então encontradas.

Como destaca Louis Dumont (1992, p.52), a sociologia é herdeira direta do projeto da modernidade. Para ele,

[...] a sociologia é o produto, ou antes, ela é parte integrante da sociedade moderna. Sua emancipação só se dá de maneira restrita e com um esforço concentrado. A chave de nossos valores é fácil de ser encontrada. Nossas idéias cardinais chamam-se igualdade e liberdade. Elas supõem como princípio único e representação valorizada a idéia do indivíduo humano: a humanidade é construída de homens, e cada um desses homens é concebido como apresentado, apesar de sua particularidade e fora dela, a essência da humanidade.

Já para a antropologia a tarefa fundamental é conferir unidade à diversidade encontrada pelos estudiosos. Ao indicar sociedades potencialmente diferentes há de se entender a coexistência de um elemento comum: a natureza humana. Com isso,

[...] a antropologia dá essa prova, pela compreensão que oferece pouco a pouco das sociedades e culturas as mais diferentes, da unidade da humanidade. Ao fazê-lo, ela aclara, evidentemente, de algum modo, nossa própria espécie de sociedade. Mas é-lhe inerente, e ela às vezes exprime, a ambição de chegar a fazê-lo de modo mais racional e sistemático, de realizar uma ‘perspectivação’ da sociedade moderna como relação àquelas que precederam e que com ela coexistem, trazendo assim uma contribuição direta e central para nossa cultura geral e para nossa educação (DUMONT, 1992, p.50).

¹ Giddens (1991) caracteriza a modernidade como um estilo, costume de vida ou organização social com gênese na Europa a partir do fim do século XVII e que posteriormente se torna mundial em sua influência.

Com a ruptura das referências intelectuais da época, a sociedade é posta em análise por teóricos preocupados em exacerbar a indagação racional em detrimento das explicações sobrenaturais. A dúvida metódica passa a prevalecer e o que se observa são projetos com interesses práticos, tal como compreender e, de certa forma, corrigir (ou por fim) aos “problemas” ocasionados pelas Revoluções.

A partir do instante em que a sociedade é colocada em um plano analítico, surgem vertentes teóricas com abordagens específicas sobre seu conceito e implicações. Tal como aponta Simmel (2006), existem análises que atenuam o conceito de sociedade e outras que o conotam de modo exagerado. Para a segunda vertente, tudo o que os indivíduos são e fazem é orientado e acontece dentro dos limites da sociedade. Já os que defendem, assim como Simmel (2006, p.8), a sociedade não enquanto uma entidade supra-individual, a querem enquanto “[...] uma abstração indispensável para fins práticos, altamente útil também para uma síntese provisória dos fenômenos, mas não um objeto real que exista para além dos seres individuais e dos processos que eles vivem”.

Como manifestação do pensamento moderno, a sociologia passa a ser elaborada fundamentalmente na Alemanha e na França por diversos autores. Tais como Montesquieu, Karl Marx, Alexis de Tocqueville, Max Weber. Os teóricos positivistas também são marca significativa do período e Émile Durkheim busca, para a sociologia, um *corpus* teórico independente, bastante influenciado pelas ideias precedentes de Condorcet, Saint-Simon e especialmente Auguste Comte (ARON, 2008).

Dessa forma, como indica Ortiz (1989), Durkheim almeja explicar o social por meio do próprio social, fato que ele considera louvável em Condorcet, Saint-Simon, Spencer e Comte, pois todos eles notaram tal especificidade nas análises sociais. Para Ortiz (1989, p.8), “Durkheim valoriza Saint-Simon e Comte como precursores da sociologia pela mesma razão: terem explicado o que há de particular na sociedade, ambos abrindo caminho para uma nova esfera do conhecimento”.

Assim, o advento da modernidade possibilitou, no cenário social, o surgimento de princípios até então não observados em contextos mais amplos, tais como os anunciados por Anthony Giddens (1991), o aparecimento da sociedade industrial capitalista, determinante para o crescimento acentuado dos centros urbanos; a secularização com a perda substancial da centralidade da Igreja enquanto instituição gerenciadora de códigos sociais, surgindo a figura do estado laico; a racionalização da existência que coloca a ciência em posição privilegiada

como sistema explicativo; o estabelecimento de uma cultura de massas voltada para o consumo excessivo.

Segundo Giddens (1991), os modos de vida ocasionados pela modernidade desprenderam os indivíduos, de maneira sem igual, dos tipos tradicionais de ordem social. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade as transformações vivenciadas na modernidade são mais intensas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos momentos históricos anteriores.

Com isso, nota-se que as relações de sociabilidade estabelecidas no período histórico da modernidade configuram-se de diferentes maneiras. Os vínculos interativos que caracterizam essas relações podem ser vistos segundo uma multiplicidade de referências, pois, na contemporaneidade, as sociabilidades são de várias formas, tipos e abrangências.

Giddens (1991) também ressalta que a emergência da modernidade desassocia em grande medida o espaço do tempo, promovendo relações entre outros ausentes, localmente distantes de qualquer momento dado ou de interações face a face. Na modernidade o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico, isto é, os locais são penetrados e moldados por diversas e diferentes determinações sociais bem distantes deles.

Assim, a temática da sociabilidade há muito figura na cena dos estudos em ciências sociais, com abordagens específicas sobre momentos históricos determinados. Autores clássicos se debruçaram ante a temática e lançam luz à interação social fomentada em contextos nos quais se encontram indivíduos em relações profundas dotadas de pessoalidade, ou ainda destacando como a sociabilidade é estabelecida em situações de grandes associações sociais de teor utilitário e impessoal.

Um olhar possível para o tema é oferecido por Georg Simmel. Em Simmel (2006), a própria noção de sociedade significa interação entre indivíduos, os quais são vistos em suas plenitudes e não como partes de um todo maior. A interação emerge de impulsos específicos ou da procura por finalidades. São instintos derivados do erotismo, inclinações de teor religioso, finalidades de defesa, ataque e ajuda, elementos tais que possibilitam o ser humano entrar juntamente com outros em relações de convívio; marcadas pelo exercício e pela influência de efeitos sobre e para os outros. Para o autor, “[...] essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente uma ‘sociedade’” (SIMMEL, 2006, p.60).

O autor ressalta, no entanto, que os motivos estimulantes da chamada *sociação* não apresentam, a priori, teor social. Tornam-se questões da *sociação* somente quando alteram a simples agregação avulsa dos indivíduos em formas específicas de ser e de relacionar com o outro, envolvidas com o princípio da interação.

A *sociação* é, portanto, a forma na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio do qual esses interesses se realizam. Esses interesses [...] formam a base da sociedade humana (SIMMEL, 2006, p.60-61).

Para além das necessidades e dos interesses determinados levados às interações, as formas de *sociação* são também constituídas por um anseio e contentamento de estar justamente socializado, pelo valor da concepção da sociedade em si. “O ‘impulso de sociabilidade’, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de *sociação* como valor e como felicidade, e constitui o que chamamos de ‘sociabilidade’ em sentido rigoroso” (SIMMEL, 2006, p.64).

Apesar da inegável relevância científica dos escritos de Simmel, é objeto deste ensaio o exame da maneira como o alemão Ferdinand Tönnies e o francês Émile Durkheim abordam o tema da interação social. Ambos são referências nos estudos de sociabilidade e apresentam análises teóricas bastante elaboradas sobre a forma como são estabelecidos os vínculos sociais. Como se verá nas sessões seguintes, a delimitação do papel ocupado pela sociabilidade, perante o arranjo social, é focada analiticamente pelos dois autores.

2 Revisitando clássicos da sociologia: os vínculos sociais segundo Ferdinand Tönnies e Émile Durkheim

Como apresentado na parte introdutória deste artigo, o período das Grandes Revoluções marcou a humanidade mudando substancialmente a maneira como os indivíduos se organizam socialmente e, conseqüentemente, o modo como estabelecem os vínculos sociais e se sociabilizam. As ciências sociais despertam fortemente influenciadas por este momento histórico, possibilitando pensar as variadas formas de sociabilidade desempenhadas em contextos históricos distintos, como a modernidade.

Ferdinand Tönnies, autor alemão clássico da sociologia que viveu entre os anos de 1855 e 1936, é referência nos estudos de sociabilidade. Apresenta estudos teóricos sobre a forma como são estabelecidos os vínculos sociais, delimitando o papel ocupado pela sociabilidade na teoria social. O autor em questão é precursor do chamado “formalismo sociológico” ao trabalhar com categorias elementares e conceitos fundamentais em sua teoria. Tönnies (1995) vale-se de antinomias como comunidade/sociedade e individualidade/coletividade ao longo do desenvolvimento de suas análises.

Contudo, algumas antinomias são recusadas, como natureza/história. Tönnies acredita que natureza e história estão mutuamente contidas e a separação radical entre tais categorias conduziria as interpretações à posições limites. Ele orienta seu pensamento com a distinção do que naturalmente é, daquilo que se efetiva socialmente. De tal modo, a história seria o real tornado, o que foi construído; já a natureza é vista como o que espontaneamente é (MIRANDA, 1995).

A repercussão em torno da produção sociológica de Tönnies sucede a publicação de seu livro *Gemeinschaft und Gesellschaft (Comunidade e Sociedade)*. Muitas vezes relegado ao esquecimento acadêmico Tönnies é/foi rotulado como “inimigo da modernidade”, “anticapitalista”, “nacionalista alemão extremado”, “teórico da comunidade”; sendo caracterizado enquanto referência nem sempre elogiosa nesta área de investigação. Mas para além dos rótulos e estigmas conferidos ao autor, sabe-se que ele foi grande

[...] organizador de um modelo (ideal ou histórico) de formação social e introdutor do ‘par conceitual’, a dicotomia comunidade e sociedade. [...] Todavia, é somente em 1980, em um simpósio realizado em Kiel, comemorativo dos 125 anos de seu nascimento (e 99 anos depois que os primeiros esboços de *Comunidade e Sociedade* vieram a público) que a censura velada que pairava sobre Tönnies se ergueu (MIRANDA, 1995, p.54-55).

Tönnies pode ter sido mal interpretado entre os que o consideram como saudosista conservador ou romântico da vida rural, pela não compreensão do estilo formal de sua escrita elaborada a partir de acentuações de tipos ideais ou históricos de formas de organização social.

Para ele, os tipos constituídos são, antes de mais nada, um recurso metodológico que permite à ciência social buscar na história os elementos ‘naturais’ contidos nas formas sociais e, como tais, simultaneamente explicativos e transcendentais

à conjuntura. Tais tipos, ainda que ‘fictícios’ (constituem puras abstrações de elementos que historicamente apresentam-se de modo contraditório em formas sociais distintas), são, por isso mesmo, capazes e suficientes para entender e superar os condicionamentos, os limites propostos pela história, para que possam retornar à prática, ao exercício da própria ação histórica, assegurando-se previamente de não constituir apenas um reflexo de seu próprio tempo, determinado pelos valores sociais vigentes, e que se deveriam constituir apenas como seu objeto (MIRANDA, 1995, p.58-59).

Segundo o autor, a unidade base da vida social seria a *relação social*, a qual implica em interdependências e no encontro de duas ou mais vontades. Assim, a vontade de um indivíduo (ou de uma pluralidade de indivíduos) interfere e se imbrica ante a vontade de outro indivíduo (ou pluralidade), fundamentando a *relação social*.

Tönnies (1995) distingue dois tipos de vontade, a *vontade reflexiva e racional (kurwille)*, fundada no conceito, pela conveniência racional e na própria reflexão e a *vontade natural ou espontânea (wesenwille)*, elaborada na memória, no hábito e no prazer. Esses dois tipos de vontades implicam, por sua vez, dois tipos de inter-relação: uma pautada no cálculo, na troca, em normas de equidade e determinada pela *vontade reflexiva* e a outra propiciada por contribuições individuais com fins comuns, influenciada pela *vontade natural*.

Os dois modos de inter-relação indicam dois pares contrastados de agrupamento humano: os tipos ideais de *comunidade (gemeinschaft)* e *sociedade (gesellschaft)*. Os tipos em questão são unidades sociológicas dotadas de complexidade, representando não só grupos sociais como também formas de relações sociais. Por isso, o entendimento dos conceitos passa por noções definidoras como os homens, as instituições sociais e os elementos de estratificação social como grupos e camadas. Além disso, revestem a existência e a consciência dos indivíduos com signos e noções valorativas de teor coletivo (FERNANDES apud MANCUSO, 1996).

Na *comunidade* encontram-se o compromisso moral, a coesão social, a afetividade, a continuidade no tempo, a pessoalidade, a economia doméstica, os hábitos arraigados, espaços compartilhados e a informalidade. Existem três tipos de *comunidade*, a de sangue (parentesco), a de lugar (vizinhança) e a de espírito (amizade). Na *comunidade* as relações sociais são regidas por um estatuto e são também carregadas de maior intimidade entre seus membros, os quais possuem objetivos comuns.

Em contrapartida, a *sociedade* alude considerar avaliações mais racionais na interação social, pois nela está presente a conveniência de sujeitos autônomos em busca da realização de fins individuais. A *sociedade* se articula a componentes organicamente separados e também com características de agrupamentos sociais submetidos a uma vida urbana desenvolvida e complexa, possibilitada pela intensa divisão do trabalho. Aqui o responsável pela normatividade não é mais o estatuto e sim o contrato formal.

Com tudo isso, Tönnies (1995) define a sociabilidade como associação forjada pelo conjunto contraditório dos pares de referência *comunidade/sociedade*, expressa por meio da manifestação das vontades. Ou seja, os dois tipos de vontades representariam dois tipos de manifestação da sociabilidade, a *comunitária* e a *societária*.

Nas palavras do autor,

[...] as vontades humanas mantêm entre si múltiplas relações. Cada relação é uma ação recíproca, exercida por um lado e suportada ou recebida pelo outro. Estas ações apresentam-se de tal modo que tendem a quer à preservação quer à destruição da vontade ou do ser oposto: são negativas ou positivas. Esta teoria vai considerar como objeto da investigação somente as relações reciprocamente positivas. Cada relação representa uma unidade na pluralidade e uma pluralidade na unidade. Compõe-se de exigências, ajuda, assistência e de suas forças. O grupo formado por esse tipo positivo de relação, concebido enquanto objeto ou ser que age de forma unitária interna e externamente é denominado associação (TÖNNIES, 1995, p.231).

Émile Durkheim, herdeiro da tradição positivista de Sant-Simon e Auguste Comte, viveu entre os anos 1858 e 1917, ressalta a especificidade de seu objeto e comprometeu-se em construir um campo analítico autônomo para a sociologia, a qual apresentaria conteúdo investigativo *sui generis* em relação à psicologia e às disciplinas naturais como a biologia.

Ao cunhar a noção de *fato social*, Durkheim (2001) considera a necessidade de tratá-lo enquanto *coisa* e de afastar as pré-noções para se obter coerência na investigação. São três características inerentes ao *fato social*, sendo *exterior* em relação às consciências individuais, *coercitivo* com forte poder de imposição sobre as individualidades e *geral* na extensão de uma sociedade.

Um tipo de *fato social* é identificado como *correntes sociais*, as quais não apresentam elementos particulares em sua origem. Neste tipo singular não

interessam os eventos isolados, mas a gama de manifestações com causas sociais. As *correntes sociais* são trazidas do exterior fazendo com que os indivíduos não as produzam diretamente, mas as sofram. Portanto, a coerção está na tentativa de resistência, de se opor a uma dessas manifestações coletivas (DURKHEIM, 2001).

A reflexão em torno dos elementos que garantiriam a manutenção da ordem social e o funcionamento harmônico da sociedade, “[...] diz respeito à visão de uma sociedade estável e organizada ao redor de um ritual que o sociólogo francês queria instaurar em resposta às perturbações impostas pela industrialização” (CUIN; GRESLE, 1994, p.34).

Durkheim

[...] argumenta que a emergência da reflexão sociológica se dá com o desmoronamento do Antigo Regime. A Revolução Francesa desempenha assim um papel fundamental, desorganizando todo um quadro de referência intelectual e abrindo espaço para uma nova ordem de idéias (ORTIZ, 1989, p.2).

As consequências da Revolução Industrial também chamaram a atenção de Durkheim (1977). Problematizou em suas elaborações teóricas sobre os fatores que permitem integração ao *corpo social* em agrupamentos sociais complexos ou de estrutura simples. Sua teoria da *divisão do trabalho social* permite apontamentos importantes sobre a temática da sociabilidade segundo a qual, na visão durkheimiana, é fundamentada não na liberdade, mas na dependência entre os indivíduos.

Assim, a *divisão do trabalho social* produz um efeito moral *sui generis* nos agrupamentos humanos, ao produzir um sentimento de *solidariedade* coletiva. A *solidariedade* é antes de tudo um fenômeno moral que cria laços, ordem e normas de conduta para proporcionar a integração social. Ao conferir unidade ao grupo, a *solidariedade* (especialmente a *orgânica*) faz os indivíduos se tornarem interdependentes.

Ao debater as especificidades da *divisão do trabalho social* nota-se que sua função é ser fonte de *solidariedade*, a qual pode ser de dois tipos: *mecânica* e *orgânica*. Com isso, os dois tipos acima indicados correspondem, por sua vez, a dois tipos de organização social. A *solidariedade mecânica* está intimamente relacionada às sociedades simples com baixo teor de divisão do trabalho, encontrando indivíduos homogeneizados aos mesmos valores,

crenças e sentimentos. Neste tipo de *solidariedade* a semelhança fundamenta a sociabilidade, ao passo que a consciência coletiva² abafa as consciências individuais. Aqui prevalece o direito penal repressivo/punitivo.

Uma vez que Durkheim (1977) concebe a sociedade enquanto um todo orgânico (ou organismo complexo) em que as partes (ou o que ele chama, em sua analogia, de “órgãos”) dependem umas das outras para funcionarem, pode-se associar a *solidariedade orgânica* à sociedade moderna industrial na qual se tem elevada especialização de funções, com sistema de tarefas diferentes e específicas. Os laços de *solidariedade* e de sociabilidade resultam da diferenciação entre os membros do grupo social. Existe, aqui, elevada divisão do trabalho e ênfase é dada ao direito redistributivo/reparador.

Como destacado, a *solidariedade* varia de acordo com os tipos de agrupamentos sociais. Mas algo comum entre os dois tipos apresentados é a tendência à sociabilidade, como bem apresenta Durkheim (1977, p.69) na passagem seguinte:

[...] se negligenciarmos estes últimos [os diferentes agrupamentos sociais], todas as suas variedades [de solidariedade] tornam-se imperceptíveis e não se pode perceber senão aquilo que é comum a todas, ou seja, a tendência geral da sociabilidade, tendência que é sempre e em todo lugar a mesma e não se liga a qualquer tipo social em particular.

A teoria sobre as causas sociais do suicídio é mais um ponto da obra durkheimiana em que se pode observar o debate sobre a temática da sociabilidade. Segundo Mancuso (1996, p.34) “[...] na origem dos suicídios, Durkheim vai registrar padrões diferenciados de sociabilidade e graus diferenciados de interação social”. O suicida *egoísta* se vê em profundo isolamento em relação à sociedade e dá cabo à própria vida por tornar-se um marginalizado sem laços fortes de *solidariedade* que o vincule ao grupo. Em outra direção, o suicida *altruísta* se entende enquanto alguém demasiadamente ligado às relações sociais que estabelece. Já o suicídio *anômico* ocorre quando existe uma ruptura exagerada das normas e padrões de comportamentos sociais anteriormente existentes para a orientação da conduta dos indivíduos (DURKHEIM, 2000).

² Durkheim (1977) define a consciência coletiva como um conjunto das crenças, ideias, práticas morais, opiniões e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade, o qual forma um sistema determinado que possui vida própria e independe das ações individuais.

Ainda para Mancuso (1996, p.35), “[...] na origem social do suicídio, portanto, Durkheim vai encontrar formas diferenciadas de relações entre os membros de uma sociedade e entre estes mesmos membros e a sociedade que eles formam pelas suas relações”. O conjunto de suicídios de dada sociedade em dado tempo não é uma mera soma de elementos independentes, mas forma um fato novo e *sui generis* com unidade e individualidade. Este contingente de mortes voluntárias evolui conforme ondas de movimento distintas e sucessivas com tendências coletivas, que são as correntes suicidógenas (DURKHEIM, 2000).

3 Similitudes entre Tönnies e Durkheim

É Tönnies o responsável por forjar o par analítico *comunidade e sociedade* e sua problematização reverbera em diversos autores incluindo Durkheim. Tal como aponta Mancuso (1996, p.31)

[...] os termos comunidade e sociedade – *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – foram cunhados por Tönnies no final do século XIX, mas o padrão de relações sociais, principalmente, e de outras questões substantivas a que cada um deles se refere aparecem em outros autores tais como Marx, Durkheim, Simmel, Le Play, Comte, Tocqueville.

Em comunhão com o pensamento de Tönnies (1995), Durkheim (1977) parece mesmo ter sido influenciado por ele quando elaborou sua teoria acerca da *divisão do trabalho social*. Para Durkheim *comunidade* refere-se às sociedades *mecanicamente solidárias* e tais sociedades são formadas por indivíduos homogêneos de forma mental e moral, devido à consciência coletiva que implica uma totalidade de crenças comuns. Já a percepção de *sociedade* (conforme o autor alemão) aparece no autor francês como associada à sociedade *organicamente solidária*, na qual a homogeneidade mental e moral desaparece pelo enfraquecimento da consciência coletiva, mas neste tipo de organização social a integração emerge da divisão do trabalho.

Tönnies (1995) era menos radical que Durkheim (2001) chegando a propor certa continuidade entre o psicológico e o social. Para o primeiro, as interpretações do social não implicam apenas em referências sociais (explicando o social pelo social). Uma vez que a noção de *comunidade* pressupõe intimidade pessoal e profundidade emocional, o componente psicológico também deve orientar as interpretações sobre os determinantes das interações sociais.

Ao contrário, o esforço durkheimiano em consolidar a sociologia fez com que a psicologia e as noções psicologizantes de análise fossem rigorosamente colocadas em posição contrária à sociologia. Mas ainda assim, talvez por compartilhar em parte com o pensamento de Tönnies (1995), “Durkheim sempre considerou toda e qualquer forma de sociedade como composta de elementos sociais e psicológicos” (MANCUSO, 1996, p.32). Com isso, “[...] fazer psicologia consiste então em admitir que os fenômenos sociais não se reduzem completamente a leis biológicas e que a atividade mental dos homens intervém na produção da sociedade” (CUIN; GRESLE, 1994, p.81).

Por fim, outro ponto a destacar diz respeito ao fato de que em Tönnies (1995) os termos *comunidade* e *sociedade* não são apresentados com teor evolucionista ou hierárquico, estando no nível das representações. São tipos históricos e lógicos construídos pelo pesquisador que podem e são caracterizados de modos diferenciados, de acordo com as distintas formas sociais. Podendo-se encontrar *comunidade* em contextos históricos complexos, como a modernidade, pois o termo não implica algo fixado temporal e espacialmente. Já Durkheim (1977) estabelece seus conceitos de *solidariedade mecânica* e *orgânica* levando em conta os fatos materiais de seu tempo, ponderando em torno de categorias sociológicas fundamentais.

De tal modo, o presente artigo lançou luz às problematizações teóricas acerca da sociabilidade tendo por base, essencialmente, os autores Ferdinand Tönnies e Émile Durkheim. Ambos estiveram preocupados com os determinantes que levam à produção/reprodução individual e social da vida propriamente dita. A existência social implica em orientações individuais para se efetivar, mas simultaneamente as vontades, necessidades e impulsos individuais são fomentados por parâmetros da interação social.

Os conceitos fundamentais trazidos pelos autores possibilitaram conexões com o momento da modernidade. Os impactos sociais, culturais e históricos das Revoluções Industrial e Francesa fomentaram o nascimento de tal modernidade, bem como das ciências sociais que se propuseram a investigar questões fundamentais sobre as formas de organização social e de relações sociais estabelecidas entre indivíduos. O desafio, para os estudiosos do tema da sociabilidade, é sempre atentar-se para questões deste tipo, que foram tão bem enfrentadas nas análises de Tönnies e Durkheim em torno dos elementos definidores da sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CUIN, C.-H.; GRESLE, F. **História da sociologia**. São Paulo: Ensaio, 1994.
- DUMONT, L. **Homo hierarchius: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001.
- _____. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. Método para determinar a função da divisão do trabalho. In: _____. **Da divisão do trabalho social**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977. v.1. p.63-86.
- FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional: EDUSP, 1973.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- MANCUSO, M. I. R. Solidariedade mecânica, solidariedade orgânica: comunidade e sociedade em Durkheim. **Sociabilidades**, LASC – Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea, São Paulo, v.1, n.17, p.31-35, 1996.
- MIRANDA, O. de. A armadilha do objeto: o ponto de partida de Ferdinand Tönnies. In: MIRANDA, O. de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995. p.53-59.
- _____. Notas biográficas. In: MIRANDA, O. de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995. p.25-40.
- ORTIZ, R. Durkheim: arquiteto e herói fundador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.11, p.5-22, 1989.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, O. de. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995. p.231-352.

